



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 560, DE 08 DE MARÇO DE 2002.

**DISPÕE SOBRE O REGIMENTO DO
CONSELHO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AO
CONSUMIDOR, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 107 da Constituição Estadual e a Lei nº 5.963, de 10 de novembro de 1997,

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º O Conselho Estadual de Proteção ao Consumidor – CEPROCON/AL, órgão colegiado integrante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania tem por finalidade:

I - administrar e gerir o Fundo Estadual de Proteção ao Consumidor, destinando recursos para projetos e programas de educação, proteção e defesa do consumidor;

II - zelar pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos do artigo 4º da Lei nº 5.963, de 10 de novembro de 1997;

III - financiar a promoção de eventos por meio do órgão estadual de defesa do consumidor;

IV – editar, com a colaboração de órgãos oficiais ou não, material informativo e educativo sobre os direitos do consumidor;

V - apreciar os demonstrativos mensais de receitas e despesas do Fundo;

VI - encaminhar aos órgãos de controle do Estado os demonstrativos financeiros e contábeis mencionados no inciso anterior;

VII - formular a política estadual de orientação, proteção, defesa e educação do consumidor;

VIII - sugerir aos órgãos federais, estaduais e municipais, ligados ao Sistema de Defesa do Consumidor, a adoção de medidas visando à harmonização dos partícipes das relações de consumo;



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

IX - propor medidas visando ao aperfeiçoamento do sistema normativo vigente, inclusive através da compilação das normas em vigor atinentes às relações de consumo e ao direito do consumidor;

X – identificar, no Estado, as necessidades de racionalização de ações e programas que envolvam entidades diferentes ou exijam tratamento especial, a ser desenvolvido individual ou conjuntamente na área de proteção e defesa do consumidor; e

XI - exercer outras atribuições de sua competência.

Art. 2º Para a consecução de suas finalidades o CEPROCON/AL poderá:

I - examinar e opinar sobre a celebração de convênios e contratos, objetivando atender aos interesses do PROCON/AL;

II - examinar e aprovar, conforme critérios previamente definidos, projetos que tenham por finalidade a defesa e a proteção do consumidor;

III - articular-se com órgãos públicos, entidades privadas e sociedades civis na área de defesa do consumidor, visando a sua promoção e defesa, elaborando e mantendo analisados os respectivos cadastros;

IV - analisar e aprovar projetos de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, escrituração e instrumentalização do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/AL;

V - promover os meios necessários à aquisição de materiais e equipamentos indispensáveis à melhoria dos serviços prestados aos usuários do órgão estadual de defesa do consumidor;

VI - manter entendimentos com o Poder Judiciário e os Ministérios Públicos Federal e Estadual de modo a informar-se sobre a instauração e arquivamento de inquérito civil, a propositura de Ações Cíveis Públicas, bem como sobre a existência de depósito judicial, de sua natureza e do trânsito em julgado de decisão; e

VII - promover a criação e a manutenção de sistema de informações sobre Ações Cíveis Públicas.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Estadual de Proteção ao Consumidor tem a seguinte composição:



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

- I - Secretário de Estado da Justiça e Cidadania;
- II - Secretário de Estado da Fazenda;
- III - Secretário de Estado do Planejamento;
- IV - Secretário de Estado da Educação;
- V - Diretor do Departamento de Orientação e Proteção ao Consumidor – PROCON/AL;
- VI - representante do Instituto do Meio Ambiente – IMA;
- VII - representante da Procuradoria Geral do Estado;
- VIII - representante do Ministério Público Estadual;
- IX - representante dos Juizados Cível e Criminal;
- X - representante do INMETRO;
- XI - representante da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social;
- XII - representante da Federação das Indústrias do Estado de Alagoas;
- XIII - representante da Federação do Comércio Varejista do Estado de Alagoas;
- XIV - representante da Federação das Associações dos Moradores do Estado de Alagoas; e
- XV – representante das Entidades Privadas de Defesa do Consumidor.

§ 1º Os membros do Conselho Estadual de Proteção ao Consumidor serão nomeados pelo Governador do Estado, sendo os mencionados nos incisos I ao V membros natos.

§ 2º Os membros do Conselho Estadual de Proteção ao Consumidor serão substituídos, em suas ausências e impedimentos, pelos suplentes.

§ 3º Na ausência do Presidente, a reunião será presidida por um conselheiro indicado pela maioria dos membros presentes.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

§ 4º O Conselho, por intermédio do seu Presidente, poderá convidar especialistas de entidades civis para participar das reuniões, com o objetivo de emitir parecer sobre assuntos de sua especialidade.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º O Conselho Estadual de Proteção ao Consumidor tem a seguinte estrutura organizacional:

I – Presidência;

II – Plenário; e

III - Secretaria Executiva.

Art. 5º À Presidência compete convocar as reuniões do Conselho, dirigir os trabalhos e praticar, em casos de urgência, atos “ad referendum” do plenário, ao qual deverão ser submetidos na reunião imediata.

Parágrafo único. Os assuntos incluídos na pauta que, por qualquer motivo, não forem discutidos e votados, deverão constar, obrigatoriamente da pauta da reunião ordinária seguinte.

Art. 6º Ao plenário, além de exercer as competências do Conselho estabelecidas no art. 1º deste Regimento, compete previamente:

I – apreciar os atos da Presidência, quando praticados “ad referendum”;

II – propor e aprovar alterações neste Regimento, observado o quorum de 2/3.

Art. 7º À Secretaria Executiva cumpre coordenar o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO IV
DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º O Conselho Estadual de Proteção ao Consumidor reunir-se-á mensalmente em sessão ordinária e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, de ofício ou a requerimento de um terço de seus membros.

§ 1º As sessões ordinárias do Conselho serão fixadas em calendário anual previamente aprovado pelo Plenário, na última reunião ordinária do ano.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

§ 2º As sessões extraordinárias serão convocadas, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas ou no curso da reunião ordinária.

§ 3º As sessões do CEPROCON/AL serão públicas e realizar-se-ão no horário normal de expediente, podendo tornar-se sigilosas, a critério do plenário, quando a natureza do assunto assim o exigir.

§ 4º Para o funcionamento do Conselho é exigido o *quorum* de, no mínimo, 07 (sete) Conselheiros.

§ 5º Não havendo *quorum* até a hora estabelecida para o início da sessão far-se-á termo de presença, ficando o expediente e a ordem do dia transferidos para a reunião seguinte, caso não haja convocação extraordinária.

§ 6º O conselheiro que faltar injustificadamente a 05 (cinco) reuniões no período de 01 (um) ano será afastado mediante prévia comunicação ao órgão que representa.

Art. 9º As matérias a serem submetidas à apreciação do Conselho deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva, que registrará, autuará e procederá a sua instrução com vistas à distribuição aos Conselheiros para emissão de parecer.

§1º A pauta das matérias a serem apreciadas pelo Conselho será organizada de acordo com a ordem cronológica de entrada e escala de distribuição.

§ 2º As reuniões plenárias do Conselho terão a duração de 3 horas, admitindo-se a prorrogação por até 1 hora.

Art. 10. As decisões do Conselho serão tomadas por resolução, e só poderão ser revistas ou modificadas pela maioria absoluta de seus membros, nos pedidos de reconsideração, reservado ao Presidente o voto simples e de qualidade.

Art. 11. As reuniões do Conselho obedecerão à seguinte ordem:

- I – abertura pelo Presidente;
- II – verificação do número de presentes;
- III – leitura e distribuição do expediente;
- IV – leitura e assinatura das resoluções aprovadas;
- V – discussão e votação da ordem do dia;



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

VI – comunicação, requerimento e apresentação de moções, indicações e exames de processos;

VII – distribuição de processos aos respectivos relatores;

VIII – comunicações gerais do Presidente;

IX – assuntos diversos; e

X – encerramento.

Art. 12. Os conselheiros poderão retificar a ata, quando de sua aprovação, para fazer constar no seu texto as alterações propostas, enviadas dois dias antes da reunião.

Parágrafo único. A ata, depois de aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Conselheiros presentes e pelo Secretário Executivo.

CAPÍTULO V
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13. Compete ao Presidente do Conselho Estadual de Proteção ao Consumidor:

I - representar o Conselho ou designar o Conselheiro que o faça;

II - presidir as reuniões do Conselho, decidir questões de ordem, apurar e proclamar resultados das votações;

III - expedir e fazer cumprir as resoluções do Conselho;

IV - convocar as reuniões extraordinárias;

V - submeter ao Plenário matérias para sua apreciação e decisão;

VI - designar relatores;

VII - designar membros para compor comissões e Câmaras Técnicas;

VIII - submeter ao Plenário as demonstrações mensais e anuais de despesas e receitas;

IX - remeter aos órgãos competentes a prestação de contas do Fundo, referente ao exercício anterior;



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

X – adotar, juntamente com o Secretário Executivo, os procedimentos necessários para o cumprimento da execução orçamentária e financeira; e

XI - autorizar atos “ad referendum” do plenário, submetendo-os a este na primeira reunião a ser realizada.

Art. 14. Compete aos membros do Conselho:

I - participar das reuniões;

II - justificar suas faltas e impedimentos, quando necessário;

III - estudar e relatar, no prazo de 10 dias, os assuntos submetidos à apreciação do Conselho, de acordo com a designação do Presidente;

IV - discutir e votar a matéria da ordem do dia;

V - coordenar ou participar de comissões de estudos, de acordo com as determinações superiores, sobre matéria da área de atuação do Conselho;

VI - propor a convocação de reuniões extraordinárias;

VII - propor e requerer esclarecimentos que lhe forem úteis a mediar apreciação dos assuntos em pauta;

VIII - apreciar as demonstrações mensais de despesas e receitas, emitindo parecer sobre sua aplicação; e

IX - proceder ao exame anual das contas do Fundo, emitindo parecer conclusivo.

Art. 15. Compete ao Secretário Executivo do Conselho:

I - coordenar, supervisionar e dirigir os serviços administrativos e técnicos do Conselho;

II – preparar, sob a orientação do Presidente, a agenda das reuniões do Conselho;

III - secretariar as reuniões do Conselho, lavrando as respectivas atas;

IV - redigir as decisões do Conselho, dando conhecimento aos interessados;



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

V - distribuir aos Conselheiros, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data da reunião, a matéria da ordem do dia, ressalvados os relatores, para os quais o prazo será duplicado;

VI – providenciar, por determinação do Presidente a aprovação das reuniões do Conselho;

VII - encaminhar aos Conselheiros os processos que lhe foram distribuídos;

VIII - despachar com o Presidente os expedientes do Conselho;

IX - receber, preparar e expedir a correspondência do Conselho;

X - requisitar o material necessário ao funcionamento do Conselho;

XI - organizar e manter organizado o arquivo das resoluções e atas das reuniões do Conselho;

XII - promover a elaboração do registro contábil de receitas e despesas do Fundo;

XIII - preparar os processos de pagamento;

XIV - controlar o movimento da conta bancária;

XV - adotar, juntamente com o Presidente, os procedimentos necessários à execução orçamentária e financeira;

XVI - assistir o Presidente e demais membros do Conselho no desempenho de suas atribuições.

Art. 16. As atribuições do Presidente, dos membros e do Secretário Executivo, previstas neste Capítulo, poderão ser acrescidas de outras necessárias ao funcionamento do Conselho.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. A participação dos membros no Conselho não será remunerada, mas, entendida como serviço público relevante, ser-lhe-á concedido um certificado.

Art. 18. O CEPROCON/AL expedirá normas complementares e necessárias ao seu funcionamento, observada a legislação vigente.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Art. 19. O Conselho, quando julgar conveniente, poderá deliberar sobre a criação de comissões ao seu funcionamento, formando grupos de trabalho para execução das atribuições dentro dos seus conhecimentos específicos.

Art. 20. O Conselho não disporá de quadro funcional próprio, podendo, entretanto, requisitar ou ter à sua disposição servidores do Poder Executivo.

Art. 21. As decisões do Conselho serão publicadas, na íntegra ou em resumo, no Diário Oficial do Estado.

Art. 22. O Plenário decidirá sobre os casos omissos e dúvidas decorrentes de interpretação deste Regimento.

Art. 23. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 24. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, em Maceió, 08 de março de 2002, 114º da República.

RONALDO LESSA
Governador

Este texto não substitui o publicado no DOE de 11.03.2002.